



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Interpelação oral

Aperfeiçoamento do mecanismo de garantias para as pessoas em situação de subemprego

Com o impacto da epidemia do novo coronavírus, a situação do emprego em Macau está a ficar cada vez mais grave. Segundo os resultados do inquérito ao emprego do 3.º Trimestre de 2020, as taxas de desemprego e de subemprego dos residentes aumentaram para 4,1% e 4,7%, respectivamente, e em termos trimestrais, a mediana do rendimento mensal dos residentes diminuiu 1700 patacas.

Em finais de Setembro de 2020, o Interior da China retomou a emissão de vistos individuais para Macau, o número de turistas e as receitas do jogo aumentaram, mas o ambiente de exploração das empresas ainda não registou melhorias significativas, pois muitas delas ainda estão a aguentar “o último quilómetro antes da chegada à meta”. Os cortes no número de trabalhadores, a redução de benefícios e a licença sem vencimento passaram a ser os métodos adoptados pelas empresas para redução das despesas. Algumas empresas, especialmente as grandes, oferecem não só alguns dias de “licença sem vencimento”, mas também recorrem ao modelo “goza um dia e ganhas dois”, ou seja, oferecem mais de dez dias de licença sem vencimento por mês. Macau está a ser afectada pela epidemia há cerca de um ano, e alguns trabalhadores, logo, após o surto, depararam-se com férias não pagas, portanto, pode-se imaginar a pressão que os trabalhadores que têm de sustentar as suas famílias estão a viver.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Para os trabalhadores que se deparam com a suspensão de trabalho ou que perderam ou viram reduzidas as suas remunerações por causa da redução do número de horas de trabalho, o Governo tinha um regime de protecção específico, isto é, o Decreto-Lei n.º 43/95/M - "Estabelece as regras a observar na suspensão das relações de trabalho entre os empregadores e trabalhadores, bem como na redução dos horários de trabalho" (vulgarmente chamado de "regime de compensação por suspensão de trabalho"). Segundo este diploma, o empregador deve garantir que o trabalhador preste, pelo menos, 16 dias de trabalho por mês, sob pena de lhe ser devida a respectiva compensação. No mesmo diploma previa-se que é considerada suspensão temporária do contrato de trabalho quando, no prazo de um mês, o número de dias de prestação de trabalho for inferior a dezasseis dias úteis, e durante esse período o trabalhador pode prestar trabalho remunerado noutra empresa.

No entanto, como a "Lei do salário mínimo para os trabalhadores" revogou esse decreto-lei, os trabalhadores perderam garantias. Segundo a explicação do Governo, o objectivo da fixação do salário mínimo é permitir que todos os trabalhadores possam auferir um salário mínimo, e para evitar injustiças, foi necessário revogar o tal decreto-lei. Porém, o objectivo do regime de compensação por suspensão de trabalho é diferente do regime jurídico do salário mínimo, o primeiro aplica-se a todos os casos de suspensão temporária do contrato de trabalho ou redução do número normal de horas de trabalho, nos termos da lei, independentemente do valor da remuneração auferida pelo trabalhador, ao passo que o segundo, o regime de salário mínimo, é uma garantia mínima salarial para os trabalhadores que prestam trabalho em condições normais, portanto, a diferença entre os dois diplomas é bem evidente.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Na sequência da epidemia, são mais frequentes os casos de “licença sem vencimento”, e os problemas decorrentes desta licença devem merecer a atenção do Governo e da sociedade, portanto, há que aperfeiçoar a legislação, a fim de evitar que os trabalhadores vejam os seus direitos laborais prejudicados por causa da longa duração das licenças de vencimento.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

O Governo revogou o referido regime de compensação, por isso os trabalhadores perderam garantias quando se deparam com redução do horário de trabalho ou suspensão do trabalho. Nestes tempos de epidemia, surgiu a licença sem vencimento de longa duração, que levou ao surgimento de problemas, e fez sobressair a necessidade e a importância do referido decreto-lei. O Governo discutiu, amplamente, com a Concertação Social, sobre a sua pretensão de revogar o decreto-lei em causa? Como é que vai aperfeiçoar os diplomas legais respectivos, no sentido de reforçar a regulamentação e fiscalização e, com base nisso, salvaguardar os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores?

04 de Novembro de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa especial de Macau
Lei Chan U**